

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

**Filosofia Política,
Educação, Direito e
Sociedade 7**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 7

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 7 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-100-8

DOI 10.22533/at.ed.008190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR E A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS	
Bárbara Alves de Jesus	
Fernanda Duarte Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904021	
CAPÍTULO 2	8
O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Fabiana Aparecida Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.0081904022	
CAPÍTULO 3	16
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA EM MOVIMENTO: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UFG/RC	
Thais Ferreira dos Santos	
Aline Rosa da Costa	
Thimoteo Pereira Cruz	
Nubia de Fatima Felix Ferreira	
Tacila da Costa Marinho	
Isabella Oliveira Pacheco	
Nayane Alves Pereira	
Laryssa Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.0081904023	
CAPÍTULO 4	25
FORMAÇÃO CONTINUADA EM ONTOPSICOLOGIA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS	
Carmen Ivanete D`Agostini Spanhol	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 5	37
JUVENTUDE, CULTURA MÍDIÁTICA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Luiz Fernando Ribeiro de Paiva	
José Carlos Souza Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0081904025	
CAPÍTULO 6	44
A PERSISTÊNCIA DOS CAMPONESES NA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO)	
Matheus Santos Medeiros	
Hugo Henrique Sousa de Lisboa	
João Manoel Borges de Oliveira	
Mariana Melo Mesquita de Siqueira	
Rener Rodrigo Pires	
Talita Neri Caetano de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0081904026	

CAPÍTULO 7	52
O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA	
Emilene Fontes de Oliveira Thalita Pavani Vargas de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.0081904027	
CAPÍTULO 8	63
REDESCOBRINDO O HUMANO: ANTAGONISMOS COLETIVOS E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO	
Gisele da Silva Rezende da Rosa Josiane Custódio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0081904028	
CAPÍTULO 9	68
TRADUÇÃO E EQUIVALÊNCIA: UMA ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE O DISCURSO ORIGINAL DE DONALD TRUMP E SUA RESPECTIVA TRADUÇÃO	
Maria Laura Golfiere Moura Leila Maria Gumushian Felipini	
DOI 10.22533/at.ed.0081904029	
CAPÍTULO 10	84
REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM A PARTIR DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS	
Paula Santana Carvalho Adriana Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.00819040210	
CAPÍTULO 11	97
REFLEXÕES SOBRE LITERATURA E CINEMA E BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PERSONAGEM FEMININA	
Carla Rosane da Silva Tavares Alves Andréia Mainardi Contri	
DOI 10.22533/at.ed.00819040211	
CAPÍTULO 12	109
SABERES E PRÁTICAS EM PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO POPULAR	
Lucinete Gadelha da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.00819040212	
CAPÍTULO 13	119
REALIZANDO PESQUISAS COM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS: CENAS DO PROTAGONISMO INFANTIL	
Viviane dos Reis Silva Tacyana Karla Gomes Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.00819040213	

CAPÍTULO 14	128
PRIMEIRAS LIÇÕES DE CULTURA E CIDADANIA NO <i>SEGUNDO LIVRO DE LEITURA PARA A INFÂNCIA</i> : NA ESCOLA E NO LAR, DE THOMAZ GALHARDO	
Valdeci Rezende Borges Elmar Severino Ribeiro Junior	
DOI 10.22533/at.ed.00819040214	
CAPÍTULO 15	144
PESQUISAS COM CRIANÇAS EM CONTEXTOS RURAIS: VISIBILIDADES, APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E REFLEXÕES	
Patrícia Júlia Souza Coêlho	
DOI 10.22533/at.ed.00819040215	
CAPÍTULO 16	154
OS MANUAIS DE CIVILIDADE NO JORNAL, <i>O PUBLICADOR</i> (1862-1886)	
Carolina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.00819040216	
CAPÍTULO 17	164
UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA DO CURSO TÉCNICO EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ, NA VISÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DA 3º ETAPA DO ENSINO MÉDIO	
Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.00819040217	
CAPÍTULO 18	177
OS VALORES SOCIAIS E O ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO	
Herika Paiva Pontes Luana de Sousa Oliveira Rafaela Lima Nascimento Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim Geraldo Bezerra da Silva Júnior Mirna Albuquerque Frota	
DOI 10.22533/at.ed.00819040218	
CAPÍTULO 19	184
POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CAMPESINATO: DA COLÔNIA AGRÍCOLA AO IF GOIANO <i>CAMPUS CERES</i>	
Marco Antônio de Carvalho Claudecir Gonçalves Léia Adriana da Silva Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.00819040219	
CAPÍTULO 20	198
POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE – A NORMA GERAL DE AÇÃO (NGA) DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE (CMCG) – MS	
Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel	
DOI 10.22533/at.ed.00819040220	

CAPÍTULO 21 210

EMPRESA: OPORTUNIDADE PARA O JOVEM FAZER, SABER E SER -A PEDAGOGIA DA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E PRÁTICO

[Bernardina Teresinha Amantino](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040221

CAPÍTULO 22 214

PERFIL DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOCENTE

[Carla Geovana Fonseca da Silva de Castro](#)

[Luciane Helena Mendes de Miranda](#)

[Vera Maria Nigro de Souza Placco](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040222

CAPÍTULO 23 226

PERFIL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS E EDUCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONSIDERAÇÕES PARA PARTICIPANTES DE FEIRA AGROECOLÓGICA, ASSISTIDOS PELA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE BASE – CRATO – CE

[Valéria Feitosa Pinheiro](#)

[Guilherme Silva Nascimento](#)

[Christiane Luci Bezerra Alves](#)

[José Alex do Nascimento Bento](#)

[Adriana Correia Lima Franca](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040223

CAPÍTULO 24 238

A CATEGORIA TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

[Ingridy Lammonikelly da Silva Lima](#)

[Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida](#)

[José Rangel de Paiva Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040224

CAPÍTULO 25 249

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

[Silvera Vieira de Araújo Holanda](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040225

CAPÍTULO 26 261

TERRITÓRIOS MULTIDIMENSIONAIS: INTELIGENCIA CULTURAL E EDUCAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES FAXINALENSES DO PARANÁ

[Tiago Augusto Barbosa](#)

[Franciele Moreto](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040226

CAPÍTULO 27 270

RESULTADO DO PISA NO PIAUÍ: O QUE MUDA NA GESTÃO EDUCACIONAL?

[Nemone de Sousa Pessoa](#)

[Jovina da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.00819040227

CAPÍTULO 28 284

A CIDADE NOS FAZ PENSAR

Daniela da Rosa Molinari

Marcele Scapin Rogério

DOI 10.22533/at.ed.00819040228

CAPÍTULO 29 295

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDOS DE GÊNERO

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Karla Cristina Vicentini de Araujo

Viviane Oliveira Augusto

Gabriella Rossetti Ferreira

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.00819040229

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

A CATEGORIA TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Universidade Federal da Paraíba, Departamento
de Serviço Social
João Pessoa – PB

José Rangel de Paiva Neto

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – PB

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de estudo a categoria Trabalho, partindo de sua centralidade ontológica, perpassando na compreensão de sua expressão no modo de produção capitalista. Objetivando uma análise mais aproximada da realidade através do estudo da categoria em especial no que tange as transformações que ocorrera/ocorrem em reação à crise estrutural de 1970 e seus reflexos na contemporaneidade em especial. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho inicial, estruturada no materialismo histórico-dialético, advinda dos estudos realizados no mestrado acadêmico em Serviço Social e nas análises de conjuntura realizadas.

PALAVRAS CHAVES: Trabalho, Crise do Capital, Contemporaneidade

ABSTRACT: The present work has as object of study the category Work, starting from its ontological centrality, permeating in the understanding of its expression in the mode of capitalist production. Aiming for a closer analysis of reality through the study of the category in particular in what concerns the transformations that occurred / occur in reaction to the structural crisis of 1970 and its reflexes in the contemporaneity in particular. It is a bibliographical research of an initial nature, structured in historical-dialectical materialism, derived from the studies carried out in the academic master's degree in Social Work and in the analysis of the conjuncture.

KEYWORDS: Work, Crisis of Capital, Contemporaneity

1 | INTRODUÇÃO

O sistema capitalista na contemporaneidade através do esforço para sua autopreservação elaborou uma gama de transformações profundas para a organização social, inflexionando diretamente no aspecto da produção, assim como no processo de reprodução. Tais mutações podem ser visualizadas em todas as dimensões da vida humana, onde destaca-se sua materialização no mundo do trabalho, devido ser essa dimensão

em que se reside a centralidade ontológica humana concomitantemente à pedra de toque do capitalismo.

Uma profunda crise atingiu o capital inferindo no ciclo lucrativo do capitalismo a partir de 1970, e ainda em curso, trata-se de uma crise de proporção estrutural que necessitou elencar formas de reorganizar o seu ciclo, que passou, a partir deste marco, a percorrer novos caminhos, sobre as velhas formas de dominação. A burguesia, deste modo, é chamada a redefinir suas relações, a refuncionalizar seu aparato estatal, a sua forma produtiva e normativa. A classe trabalhadora, por sua vez, diante da condição que lhe é posta neste sistema, passa a ser responsabilizada pela crise, além de ser a única, materialmente, atingida pelos custos do processo de reorganização.

Na tentativa de retomar a lucratividade e recuperar o percurso normal do ciclo, o capitalismo instituiu uma série de medidas, que culmina em transformações estruturais, Tal como a reascensão do liberalismo através do projeto neoliberal na pauta econômica-política, a flexibilização do trabalho e a inserção de “novos protagonistas” no dimensão da produção, a “Crise dos Paradigmas”, o “Fim da Sociedade do Trabalho”, o “Fim da História”, o “Fim da Modernidade” nas discussões ideológicas. Deste modo, o mundo do trabalho é o epicentro do processo de desregulamentação e das transformações em curso na humanidade.

Destarte, compreender o mundo do trabalho na contemporaneidade não tem sido uma tarefa fácil. Desmitificar a realidade diante de um intenso e arquitetado movimento ideológico coloca-se na agenda do dia como condição necessária para a o avanço das lutas sociais, pela garantia dos direitos e superação desta sociedade.

Assim, o presente artigo trata de uma revisão bibliográfica, resultados dos estudos iniciais de uma pesquisa, que tem no seu aporte teórico a categoria trabalho e as inflexões pela pós-modernidade no atual contexto histórico, social e político em que nos encontramos. Trata-se de uma pesquisa ancorada no materialismo histórico dialético, a qual se coloca como caminho de ida, uma vez que revela a fase inicial da pesquisa, ainda em desenvolvimento, sendo parte das contribuições dada pelos programas de Pós-Graduação as análises realizadas sobre os determinantes da sociedade capitalista e o seu processo de reprodução.

Portanto, nas linhas que seguem será apresentada a categoria trabalho em seu sentido ontológico, fundante, afim de compreendermos seu processo de construção da relação entre o ser social e a natureza e como este processo apresenta-se alienado, sendo propulsor da contradição capitalista. Em seguida realizamos uma análise a partir de algumas teses que são desenvolvidas a partir da crise de 1970 sobre o mundo do trabalho, tratando de modo abrangente as discussões que dão conta do atual contexto em que vivemos, em especial visualizando os processos tangenciados no atual governo brasileiro, com a figura máxima da desregulamentação e da redução de direitos, presidente Michel Temer e sua pedra de toque a reforma trabalhista.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 A gênese do Trabalho e seu processo de reificação na estrutura burguesa

O trabalho, em seu sentido ontológico, constitui-se a centralidade da vida humana. É a partir dessa categoria que o homem transforma a natureza, criando e recriando as condições necessárias para sobrevivência humana, e, ao passo que transforma a natureza também se transforma, adquirindo novos conhecimentos e habilidades.

É a partir e pelo trabalho que os homens se diferenciam dos animais. Homens e animais transformam a natureza e são transformados por ela, no entanto, a atividade desenvolvida pelos homens é orientada a um fim, mediada por uma prévia-ideação, objetivação e exteriorização, diferente dos animais que transformam a natureza, exclusivamente, no intuito biológico de suprir as condições para sua existência. A prévia-ideação (que precede o processo de objetivação e conseqüente materialização do produto) parte de uma necessidade humana de transformar algo ou alguma coisa que está na matéria bruta da natureza. Para tanto, o homem pensa e planeja a sua ação em sua mente, ou melhor, o produto final, advindo da transformação da natureza, já estava idealizado pelo homem, antes mesmo de ser materializado. (LESSA; TONET, 2008).

Destarte, como centralidade da vida humana, a categoria trabalho na sociedade capitalista apresenta-se como meio lucrativo para produzir e reproduzir a lógica necessária para a manutenção da ordem vigente. A categoria trabalho tem o seu sentido ontológico alienado, quando o capitalista se apropria do trabalho alheio a fim de garantir a circulação do ciclo econômico lucrativo do capital.

A sociedade capitalista fundamenta-se em uma falsa consciência, ou seja, em um mascaramento da realidade, capaz de camuflar a contradição pelo qual deita raízes, a relação desigual entre capital e trabalho, na qual o primeiro sobrevive na e pela exploração do segundo.

A expropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção foi o início do pecado capital. A sociedade capitalista formou-se a partir da divisão de duas classes antagônicas, de um lado, a classe trabalhadora, a qual foi lançada ao mercado, sem meios de produção, detendo apenas de sua força de trabalho, e, do outro, a burguesia, a única detentora de todos os meios de produção e da maior parcela da riqueza construída socialmente.

No processo de acumulação primitiva, descrita na celebre obra *O Capital*, Marx descreve todo o processo de expropriação e expulsão dos camponeses que resultou na formação capitalista.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por

consequente, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013, p. 786).

A transição do sistema feudal para o sistema capitalista determinou uma nova sociabilidade, formada por novas relações sociais, econômicas e culturais, as quais possibilitaram o desenvolvimento de uma lógica firmada na exploração máxima do trabalho, na lucratividade através do trabalho não pago, na pobreza e na desigualdade entre as classes. Nesse entendimento, não se trata da pobreza e da desigualdade social vivenciadas pela escassez, advindas do não desenvolvimento das forças produtivas, mas sim, pela contradição existente que é a socialização da produção da riqueza social, a qual é produzida, exclusivamente, pelos trabalhadores, em detrimento da apropriação indevida de toda esta riqueza nas mãos de uma pequena burguesia.

Enraizada na produção de mercadorias, as relações de trabalho nessa sociedade são também mercadorias. Com uma característica peculiar, a mercadoria força de trabalho possui um excedente lucrativo, porque ao serem expulsos de suas terras e sem os seus meios de produção, aos trabalhadores restou vender o que lhe sobrou, a sua força de trabalho.

Os capitalistas obedecendo a Lei do Valor, a qual regula as relações econômicas determinando o preço da mercadoria, pagam aos trabalhadores através de salários, pelo valor de troca de sua mercadoria, força de trabalho, e, o trabalhador, por sua vez, aliena o seu valor de uso que é utilizado pelo capitalista.

A mercadoria força de trabalho é a única mercadoria que durante o processo de trabalho - e, valorização desse trabalho - gera mais valor, melhor seja, ela cria um valor superior ao que é necessário para determinar o valor que lhe é pago. Esse valor, criado pela especificidade da mercadoria força de trabalho, refere-se ao excedente econômico, trabalho não pago; chamado de mais-valor ou mais-valia.

A extração desse mais-valor pode ocorrer de duas formas específicas: através de longas jornadas de trabalho que possibilitam a maior produção do trabalhador e mais extração do capitalista; e/ou por meio do uso do maquinário que diminui a jornada, mas, intensifica o processo de trabalho, fazendo que os trabalhadores trabalhem mais em um tempo reduzido.

As condições de extração da mais-valia são históricas e variáveis, pois, acompanham o desenvolvimento do sistema capitalista e são necessárias para a reprodução e produção do mesmo. O processo de trabalho também, sempre reestruturado e recriado, a fim de objetivar os propósitos do capitalismo.

De modo conclusivo, pode-se afirmar que o Trabalho no sistema de classes está alienado aos seus sujeitos, como a sociedade capitalista não é estanque, ela é determinada pelo movimento histórico e pelas suas fundantes contradições. Por isso, o mundo do trabalho acompanha o seu desenvolvimento, este necessário para a refuncionalização e sobrevivência do capitalismo.

Na atual fase do capitalismo vivencia-se transformações profundas, diretamente

ancoradas no mundo do trabalho. A refuncionalização da forma acumulativa – capitaneada pela sociedade burguesa a partir do estágio monopolista do capital, especificamente na sua fase tardia, a qual é resultado do processo de reorganização do capitalismo, devido a sua desestruturação proporcionada pela crise de 1970.

2.2 Crise estrutural de 1970, reestruturação produtiva e suas inflexões para o trabalho

Após os anos de 1970 a humanidade passa a vivenciar transformações profundas em sua estrutura, em todas as dimensões. É a partir deste marco que intelectuais tanto do campo crítico, como do campo propenso a ordem burguesa, passam a elaborar teses a fim de compreender/responder as mudanças ocasionadas pela crise, diante do processo de reorganização da sociedade de classes.

O processo de reorganização do capitalismo esteve ancorado em um processo de mundialização econômica, alicerçada no capitalismo financeiro. O desenvolvimento das forças produtivas do capital permitiu um grande avanço tecnológico, responsável, em grande medida, pelo processo de reoxigenamento do capitalismo.

Para Mészáros (1998) o capitalismo alcança, neste marco, o que ele vai chamar de produção destrutiva, por não ser mais capaz de oferecer nenhuma ação civilizatória para a humanidade. A sua acumulação desenfreada, colocando em evidencia a contradição que lhe sustenta, ocasiona o seu próprio colapso, ou seja, o próprio esgotamento dos meios sustentáveis para sua existência, seja no plano ecológico – de subsistência natural para sua reprodução – seja, da própria existência humana, que se destitui por meio da barbárie social. Deste modo, em seus estudos, Mészáros (1998) aponta como única saída a superação deste modo de produção, colocando, assim, a revolução – pautada na construção de um outro tipo de sociedade – como caminho capaz de alcançar a igualdade substantiva e propiciar a resolutividade das mazelas sociais. Em suas palavras: “O sentido palpável de tal mudança estrutural é a completa erradicação do próprio capital do processo sociometabólico. Em outras palavras, a erradicação do capital do processo metabólico da reprodução societária. (MÉSZÁROS, 2011, p. 11 **grifos do autor**).

No campo oposto, há aqueles que defendem que o capitalismo vivencia hoje uma nova fase da sua história, responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas. Nesta nova fase o capitalismo haveria vencido a luta de classe, destituído o mundo do trabalho, superando assim, as grandes narrativas que sustentavam os paradigmas da Modernidade.

O mundo do trabalho passa a ocupar a centralidade das discussões entre os intelectuais, na tentativa de compreender as transformações que estão ocorrendo no campo do real. A destituição do estado de direito (*Welfare State*) que havia sido construído nos anos gloriosos dinamizou a realidade dos países desenvolvidos e em certa medida dos países subdesenvolvidos também. A crise que assolou todo o mundo

sobre a erige do capitalismo fez com que a contradição que a ora se camuflava, através de um discurso de concessão de direitos, torna-se latente em proporções catastróficas.

O processo de desregulamentação do trabalho, que possui como principais características: enxugamento da mão de obra, através da economia do trabalho vivo, pelo trabalho morto; nova política de gestão, comandada pelo novo modelo acumulativo, baseado na acumulação flexível; desemprego em sua forma estrutural; substancialização da vida subjetiva do trabalhador, etc, resultando no agudizamento das expressões da “questão social”. Segundo Iamamoto (2014), o processo de desregulamentação do mundo do trabalho inicia-se no capitalismo financeiro, que passa a ditar, para ela, as determinações no mundo do trabalho, por meio dos investimentos das instituições financeiras no capitalismo industrial.

O forte investimento tecnológico é para Antunes (2011) um dos principais responsáveis para as transformações no mundo do trabalho. A automação, robótica e a microeletrônica passaram a ocupar o universo fabril, instituindo as relações de produção e reprodução no mundo do trabalho, fazendo com que ocorresse o que Antunes (2011) chama de desproletarização do trabalho industrial fabril e em compensação um aumento do setor de serviços, com forte incorporação do trabalho feminino, vivenciando “[...] uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a *sociedade dual* [...]”. (ANTUNES, 2011, p. 47 **grifos do autor**).

A perda da centralidade do trabalho fabril, ou seja, do trabalho de chão de fábrica fez emergir teses que advogam em favor da perda da centralidade do trabalho. Um dos maiores intelectuais nesta discussão é o Gorz (1982), com a sua obra intitulada “Adeus ao proletariado: para além do socialismo”.

Gorz parte de uma discussão que alicerça e alimenta o campo daqueles/as que defendem a superação da modernidade e início de uma nova fase histórica da humanidade, que seria a chamada sociedade pós-moderna, aflorada como resultado das transformações ocasionadas pelo processo de revitalização do capital, advindo da crise estrutural do capital de 1970. Aqueles/as que defendem a existência de uma sociedade de superação da modernidade, analisam que as transformações em curso trataram de modificar a estrutura da sociedade capitalista, onde o trabalho perde sua centralidade, não sendo mais o determinante para a produção e reprodução do capitalismo e, mesmo no sentido ontológico de construção dos sujeitos sociais.

A tese defendida pelo Gorz (1982) diz respeito a uma análise do pós- instauração da crise, um contexto de destituição do Welfare State, de expansão do desemprego estrutural, isto é, de destituição do que havia sido construído no mundo do trabalho, em torno fordismo/taylorismo. A sua concepção de trabalho, trata tão somente de relacionar trabalho com emprego, como sinônimos, o que justifica a defesa de sua tese, pelo fim do trabalho, uma vez que houve uma redução do trabalho concreto, a partir da instituição tecnológica. Para ele, a resolutividade dos problemas que passam a assolar a sociedade está na construção da sociedade do tempo liberado, uma vez

que, a luta de classe é impossível, em sua visão de solucionar os problemas em torno do mundo do trabalho.

Diante do processo de crise o capitalismo tem a necessidade de criar novas estratégias que deem conta de solucionar e retomar a normalidade do seu ciclo lucrativo. O modelo acumulativo fordista em sua plenitude é substituído pela acumulação flexível, o qual passa demandar um trabalhador cada vez mais submisso ideologicamente, uma vez que esta é uma das principais características deste período, o forte aparato ideológico do capital. A classe trabalhadora neste momento ficou, ainda mais, vetada sob o domínio do conhecimento sócio técnico, pois a partir daí o maquinário assumiu diversas funções, regulando não tão somente a forma de produzir, como ditando o ritmo da produção, expropriando ainda mais o trabalhador de seu contato com a mercadoria, amplificando o processo de fetichização da mercadoria.

O alimento da sociedade capitalista está ligado a produção-circulação-consumo da mercadoria, pois é neste processo que se extrai a mais-valia, ou seja, o trabalho excedente não pago a classe trabalhadora. Para Jameson (1985) houve um forte investimento cultural, a fim de dinamizar e inovar a mercadoria. Este investimento cultural se dar através da apologia a pós-modernidade, que institui a obsolescência programada, a fluidez das coisas.

As determinações do campo produtivo e ideológicos estão articuladas e são ditadas pela voga do capitalismo financeiro que tem no campo político e econômico o projeto neoliberal e no campo ideológico-cultural a voga da pós-modernidade. Ambos são processos que se determinam e relacionam, responsáveis pelo processo de tentativa de reoxigenação do capitalismo.

O mercado de trabalho tornou-se mais flexível, os contratos de ordem fixa, abriram espaço para contratos temporários, trabalho doméstico, jovem aprendiz, estágio, trainee, terceirização e demais formas de desarticular, precarizar e substituir o trabalho formal. Com uma suposta liberdade para produzir, foi-se introduzido um conceito de metas a serem alcançadas, possibilitando a sobrecarga de trabalho e horas extras para atender a demanda. O foco da produção vinculou-se exatamente a esta demanda, priorizando pelo atendimento individualizado e personalizado, para suprir as novas exigências, os donos dos meios de produção preferem um trabalhador tão multifuncional quanto a variação de sua produção. A descentralização também é uma estratégia a ser utilizada, elegendo a classe trabalhadora ao “nível” de colaborador da empresa, elencando sub líderes as mais diversas funções e fornecendo em parte das vezes uma mísera participação nos lucros. (Antunes, 1998).

O trabalhador está imbuído de uma falsa ideologia de participação, que se realiza sob o efeito inverso e torna o trabalhador mais apto a assumir diversas funções e mais responsável pela efetividade de sua função, aliada a tal participação existe uma falsa liberdade criativa, onde o mesmo prossegue sob o rigor instrumental da empresa, tendo que seguir de acordo com a ordem estética, ética e moral dos padrões adotados pela empresa.

2.3 O Avanço do conservadorismo à nível mundial e os principais influxos da particularidade Brasileira

O avanço (neo) conservador torna-se incontestável e sua materialização perpassa a sociedade civil, tomando conta também dos Estados e suas respectivas representações desde os países do capitalismo central até mesmo o periférico.

Na Europa de 2010 à 2017 vê-se um recrudescimento do conservadorismo com crescente aceitação populacional, o que reflete diretamente nos cargos ocupados no parlamento, na presidência, nas representações locais, o que por sua vez tem como consequência maior a reintrodução, com ainda mais vigor, de inflexões liberais-conservadoras nas pautas do dia em especial à pedra de toque da sociedade capitalista à relação capital x trabalho. Na Suécia com o Partido dos democratas suecos vemos um apoio de 21,3% em média ao partido e agora ocupando 49 dos 349 assentos do parlamento sueco, na Noruega vemos o liberal-conservador partido do progresso que mostra-se em gradativo crescimento e aceitação da população ocupando 29 dos 169 assentos do parlamento norueguês, Na Suíça tem-se o Partido Popular Suíço com o maior número de assentos do parlamento tendo 29% das intenções de voto na última eleição presidencial, Na Dinamarca temos o Partido Popular Dinamarquês pautado num discurso ultra-nacionalista ocupando 37 dos 179 assentos do parlamento e 21% dos votos na eleição de 2015, na Itália vê-se o avanço da Liga do Norte crescendo seu apoio na população de 6,2% à 16,4% apenas no ano de 2016, Na França encontra-se a Frente Nacional que ocupam 6 das 13 regiões do país e tiveram 33,90% de votos para eleição de presidente em 2017. No Reino Unido existe o Partido de Independência do Reino Unido, sendo o maior partido britânico no Parlamento Europeu, ocupando 22 assentos.

A América também visualiza tal inflexão conservadora, nas últimas eleições estadunidenses houve a aprovação do improvável candidato Republicano, o empresário Donald Trump (2017- atual), que desde sua plataforma quanto candidato esbravejava um misto de liberalismo econômico com ultra nacionalismo, na Argentina as eleições presidenciais também promulgaram um representante conservador-liberal com o atual presidente Mauricio Macri (2015 - atual), no Paraguai em 2012 houve o impeachment do presidente Fernando Lugo (2008 – 2012), pertencente ao partido Frente Guasú (esquerda), onde nas eleições posteriores elege-se Horacio Cartes (2013 – atual) do Partido Colorado (centro-direita), em Honduras o presidente Manuel Zelaya (2006-2009) eleito pelo Partido Liberal de Honduras inicia reformas econômicas de “esquerda”, de cunho popular ao qual deslegitimava forças dominantes locais, inserindo inclusive Honduras na Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), no entanto tal movimento durou pouco e um golpe militar se instaurou em 2009 e desde sua deposição presidentes com perfis mais conservadores foram eleitos tal como Porfirio Lobo Sosa (2010 -2014) do Partido Nacional de Honduras e atualmente Juan Orlando Hernandez (2014 – atual) novamente do Partido Nacional.

Houveram ainda outros movimentos de tentativas de golpe e reascensão conservadora que encontraram/encontram resistência como no caso do Equador, da Bolívia e da Venezuela, a resistência da esquerda com Rafael Correa (2007 – 2017) e Hugo Chávez (1999-2013) e atualmente com Lenín Moreno (2017 – atual), Evo Morales (2006 – atual) e Nicolás Maduro (2013 – atual) frente a inúmeras tentativas de deslegitimação, tomada de poder por opositores, protestos e financiamento do capital internacional para sua derrocada.

Na particularidade Brasileira, o primeiro ponto a ser considerado em meio aos resultados é que o atual congresso brasileiro carrega consigo o título de mais conservador desde o período ditatorial militar, formado essencialmente por “bancadas” de interesse privatista aos grandes ruralistas e agro negócio (50%), oficiais militares (12%), evangélicos (11%) e empresários e industriais (37%)¹.

Tais interesses garantiram que tal bancada conseguisse efetivar a tomada da presidência do Brasil por meio do golpe institucionalizado no ano de 2016, elegendo o presidente Michel Temer como figura máxima de representação de tais forças conservadoras que neste momento possuem ainda mais potencial para aprovação de medidas impopulares.

Dentre tais medidas, vemos principalmente as inflexões ao mundo do trabalho, tal como a reforma trabalhista sancionada em 13 de Julho de 2017 pelo Presidente Michel Temer se propõe a “modernizar” as leis que regulamentam o trabalho no Brasil, dentre suas alterações visualiza-se: a possibilidade de parcelamento das férias à critério do empregado e empregador, a “demissão em comum acordo” onde pode-se desresponsabilizar a empresa de alguns encargos trabalhistas, demissão em massa sem autorização judicial, “acordo” para intervalo para almoço, tempo para utilização de banco de horas reduzido e possibilidade de “negociação”, jornada de trabalho “negociável”, piso ou salário não obrigatório para remuneração por produção, plano de carreira “negociável”, convenções e acordos coletivos poderão prevalecer diante a legislação. Estas são apenas alguns exemplos dos inúmeros mecanismos de uma “modernização conservadora” que institucionaliza e legaliza práticas empresariais na intensificação da exploração e da conseqüente extração de mais-valia, nada de novo sob o sol conservador-liberal que paira sob o mundo num movimento contra reformista que reatualiza as mais degradantes formas de exploração.

Para além desta, pode-se citar a reforma da previdência, que apesar de até o momento não ter sido aprovada, ainda continua rondando as discussões da câmara. Dentre as modificações podemos elencar: aumento de idade mínima para acesso ao BPC, vinculação do BPC e pensões ao salário elaborando novas regras para o acesso, novas regras para acesso a aposentadoria com tempo de contribuição mínima de 40 anos para acesso a este direito, dentre outras mudanças que estendem o tempo de trabalho, de contribuição, ao mesmo tempo em que dificultam o acesso a esse direito e reduzem fortemente a renda da população.

1. Valores ultrapassam 100%, devido alguns políticos participarem de duas ou mais bancadas.

A reforma do ensino médio e a tão aclamada escola sem partido também trazem inflexões ao mundo do trabalho, com o enfraquecimento ideológico crescente, instruindo apenas com conteúdo que não possibilite a reflexão sobre a contradição que proporciona as expressões da “questão social”, enfraquecendo a cultura, despolitizando, destruindo a historicidade, barateando os investimentos na área da educação e tornando o ensino produtor de conhecimentos numa estrutura tecnicista.

3 | CONSIDERAÇÕES

Ao contrário do que apregoa intelectuais orgânicos da direita, o trabalho por mais reificado que se encontre dentro da sociedade contemporânea, não perdeu sua centralidade. Encontra-se ainda nas bases da estrutura capitalista proporcionando a acumulação concentrada e centralizada nas mãos de uma classe dominante, que para tal utiliza-se da força de trabalho da classe trabalhadora para continuar a extração de mais valor, retroalimentando o processo de contradição capital x trabalho que é a pedra de toque do capitalismo. Então onde muda alguma coisa nesse modelo de acumulação?

Em sua essência nada muda, mas em sua aparência os monopólios capitalistas, a flexibilização do trabalho e a financeirização do capital fornecem elementos novos, a centralização e concentração da indústria nas mãos de uma pessoa ou grupo elimina concorrências indesejadas e impõem escrachadamente o máximo de exploração, a flexibilização trabalhista obscurece ainda mais o vínculo do trabalhador com o processo de trabalho, hoje oferecendo formatos ainda mais alienantes e reificantes de produção, tal qual produção por peça, trabalho virtual, terceirização, trabalho em casa, onde a exploração se faz presente ainda mais massivamente, enquanto a financeirização do capital é vital a estes dois processos mistificando o contato com o dinheiro, aperfeiçoando a ampliação de riqueza num formato “abstrato” que busca desvencilhar, a nível da aparência, da exploração do trabalho que sempre se mantém no campo real.

As perdas no âmbito nacional apenas materializam com maior intensidade o que já havia sido preconizado pelas classes dominantes, é a face mais crua da contradição capital x trabalho sendo viabilizada, é a reafirmação da luta de classes (que durante o capitalismo nunca deixou de existir).

Portanto à classe trabalhadora se faz necessário o processo de reorganização, mediante a tão duras ofensivas deve-se armar uma contra ofensiva, faz-se necessário reativar com intensidade os trabalhos de base, os processos de formação, e que tais discussões perpassem escolas, igrejas, chão de fábrica, setor de indústrias no geral, setor de serviços, comércios, internet; para que haja a propagação de como funciona os mecanismos de exploração e como deve ser enfrentados, que reascenda a consciência de classe e seja possível almejar uma verdadeira transformação social

pautada na igualdade substantiva e na emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011

IAMAMOTO, Marilda Villela. Capítulo II – Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In: _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social, São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx.** 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LESSA, S. **Mundo dos Homens:** trabalho e ser social. 3º ed. Instituto Luckács, 2012.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, A. E Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital.** Tradução por: Alvaro Bianchi. Revista Outubro, 1998.

_____; Crise Estrutural necessita de mudança estrutural. II Encontro de São Lázaro, 2011, disponível em: http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Mezzaros.pdf Acesso em: 01 de Março de 2017.

NETTO, José Paulo. Crise do Capital e Consequências Societárias. **IN: Serviço Social e Sociedade n. 111 jul/set** São Paulo: Cortez, 2012. pp. 413-429.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** Questões da Nossa Época n°. 132. São Paulo: Cortez, 2007. 120 p. ISBN 978-85-249-1317-4

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-100-8

